



4º Congresso Brasileiro
de Ciência e Saberes
Multidisciplinares
**tudo é
ciência**
11º Encontro de Extensão
Universitária do UNIFOA

**23 a 25
de outubro**

Submissões abertas até 07/09

Currículo, política e avaliação: contradições da BNCC na formação dos estudantes brasileiros

Julia Cardoso Landim¹; 0000-0002-9651-7076
Ana Beatriz Santos Soares da Silva²; 0009-0005-9591-8176
Isadora De Souza²; 0009-0005-8825-5298
Maria Clara Dos Santos²; 0009-0004-0294-8142
Maria Laura Gama De Souza Viana²; 0009-0000-2546-3480
Douglas do Couto Soares²; 0009-0006-9935-1004

1 – ITA, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, SP.

2 – CIEP 291 Dom Martinho Schlude, Pinheiral, RJ
mariaclaradossantos2779@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa os impactos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto da educação básica brasileira. A partir de uma revisão bibliográfica de estudos publicados após 2017, examina-se a trajetória histórica da BNCC, desde sua previsão na Constituição de 1988 e na LDB/96, até sua consolidação como documento obrigatório. Os resultados mostram percepções divergentes: enquanto alguns autores apontam a BNCC como instrumento de garantia de igualdade no ensino, outros destacam limitações, como a retirada de conteúdos essenciais, a falta de integração efetiva com as avaliações externas, especialmente o ENEM, e os desafios enfrentados pelos professores na aplicação das metodologias propostas. Além disso, ressalta-se a influência de políticas neoliberais e da globalização na formulação da base, bem como o impacto direto na preparação dos estudantes para o ensino superior. Conclui-se que a BNCC promove tanto avanços quanto entraves na educação, sugerindo-se novas pesquisas que relacionem estatisticamente o desempenho no ENEM às versões da BNCC em vigor.

Palavras-chave: BNCC; Educação Básica; Currículo; ENEM; Desafios docentes.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre uma Base Curricular no Brasil não é recente. Seu fundamento legal aparece na Constituição Federal de 1988 (art. 210) e foi retomado pela LDB em 1996 (art. 26). Em 2009, o programa Currículo em Movimento voltou a defender a criação de um currículo comum. O debate ganhou força em 2014, com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabeleceu 20 metas para a educação básica, sendo quatro delas relacionadas à BNCC (FRANCO, 2019).

A primeira versão da Base foi elaborada em 2015, com a participação de especialistas, professores e assessores. Entre outubro de 2015 e março de 2016, ocorreu uma consulta pública no site do MEC, que contou com ampla colaboração. A partir dela, surgiram debates sobre os impactos das propostas. Na área de Ciências, por exemplo, a Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC) questionou como as contribuições seriam consideradas e cobrou do MEC explicações sobre adaptações e inovações no documento (FRANCO, 2019).

A Base Nacional Comum Curricular, prevista na LDB/96, recebeu ao longo do tempo diferentes interpretações, refletindo-se também na formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Por isso, uma das primeiras questões levantadas por pesquisadores da área educacional foi sobre a adequação dessa proposta em relação às políticas já existentes (CRUZ; SILVA, 2023).

A educação abrange dimensões formal, não formal, continuada, a distância e ambiental, embora frequentemente de forma limitada. A nova redação do artigo 36 da LDB define que o Ensino Médio será composto pela BNCC e percursos de aprendizagem, organizados segundo o artigo 35-A em quatro áreas do conhecimento: Linguagens; Ciências da Natureza; Matemática; e Ciências Humanas e Sociais. A lei inclui também educação física, arte, sociologia e filosofia, tornando obrigatórios o ensino de língua portuguesa, matemática e inglês, com carga horária máxima de 1.800 horas (REYES; GONÇALVES, 2020).

Na democracia política brasileira, a racionalidade neoliberal transforma serviços públicos e políticas sociais em oportunidades de negócio, influenciando a educação e a implementação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio segundo interesses de grupos dominantes (GONÇALVES, 2018). Desde 1990, a educação pública tem sido moldada pela doutrina da

globalização, enquanto a BNCC surge como documento orientador obrigatório para a Educação Básica. Apesar da atuação do MEC, a participação de alunos e professores no planejamento, princípio da democracia escolar, nem sempre se concretiza (BRANCO; ZANATTA, 2021).

Os métodos utilizados são fundamentais para promover a participação, a aprendizagem e o desempenho dos alunos. Pesquisas indicam que muitos educadores reconhecem sua relevância, mas sentem-se despreparados devido à falta de interação instrutiva sobre o tema. O artigo ressalta a necessidade de formação que ofereça suporte teórico, modelos e informações para a aplicação eficaz dessas metodologias, defendendo propostas pedagógicas inovadoras que ultrapassem o ensino tradicional e promovam experiências significativas para os alunos (BOTELHO et al., 2024).

Crianças de escolas públicas apresentaram melhor desempenho em inteligência e memória visual, enquanto crianças de escolas particulares se destacaram em memória verbal e visual (RODRIGUES; LUNA, 2021).

Os dados do IDEB entre 2011 e 2017 indicam que o ensino público no Brasil ainda enfrenta grandes desafios, e a diferença de qualidade em relação às escolas privadas vem aumentando. Estudos mostram que alunos de escolas particulares tendem a obter melhores resultados em matemática e português, possivelmente influenciados por fatores como maior competição, avaliação constante de professores e melhores recursos, enquanto escolas públicas enfrentam limitações como professores mal preparados, baixos salários e falta de infraestrutura, impactando especialmente crianças de comunidades carentes (EVANGELISTA et al., 2024).

O ENEM foi criado em 1998 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como um método de avaliação do desempenho dos alunos ao final do ensino básico, em resposta aos baixos resultados educacionais do Brasil e à necessidade de adequação a padrões internacionais (SIQUEIRA; SANTOS, 2021). Criado em 1998 para avaliar o desempenho individual dos estudantes do ensino médio, o ENEM passou por alterações em 2009 e, desde então, adquiriu novos propósitos e grande relevância no contexto educacional brasileiro (SENKEVICS, 2022).

O ENEM ampliou o acesso ao ensino básico e superior durante a redemocratização da educação no Brasil, influenciando a reestruturação do currículo do ensino médio (RIBEIRO et al., 2024). O exame avalia a capacidade de análise crítica do estudante diante de contextos sociais e históricos (NICOLA; CAMARGO, 2024) e gera dados que orientam políticas de acesso e a reorganização do currículo (BORBA; MANGOLIN; TAVARES, 2021). Para que o modelo de avaliação do ENEM beneficie todos os alunos, é essencial garantir a acessibilidade dos recursos utilizados (CANAL; GARCÍA; PEREIRA, 2017). Com o objetivo de apoiar o ensino de matemática e a preparação para o ENEM, foi desenvolvido o aplicativo Math Quest (SILVA, 2020).

Os eixos cognitivos do ENEM abrangem o domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, resolução de situações-problema, construção de argumentações e elaboração de propostas, incluindo competências e habilidades específicas de cada área do conhecimento (SILVA, 2022).

MÉTODOS

A Metodologia utilizada nesta pesquisa, foi qualitativa, sendo uma análise bibliográfica feita através do estudo de diferentes artigos científicos. A seleção dos artigos utilizados como base foi feita a partir de buscas, na plataforma google acadêmico, filtrando artigos publicados a partir de 2017, a fim de considerar pesquisas atuais mantendo um período suficiente para que os dados fossem confiáveis.

A busca foi feita utilizando alguns termos chave, como “BNCC”; “Impactos da BNCC”; “Educação”; “Estudantes” e “Desenvolvimento”, com algumas variações para tornar a busca mais abrangente. A partir disso os resultados foram analisados e comparados a fim de encontrar apontamentos recorrentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No estudo de Luz e Baczinski (2022), os autores afirmam que a forma como a BNCC vem sendo aplicada não é totalmente eficaz para alcançar o objetivo da formação integral dos alunos. Segundo eles, há um desequilíbrio no modo como o processo de aprendizagem é conduzido, resultando em uma abordagem unilateral em vez de integral.

Já Gonçalves (2018), apontam que a BNCC apresenta é uma garantia de um ensino básico igual para todos, uma vez que se trata de um guia obrigatório em todo o país.

Alguns estudos apontam dificuldades que os professores podem enfrentar por conta das exigências da BNCC. Como é o caso da pesquisa realizada por Castro (2020) onde fica claro que para professores das ciências exatas, as exigências de contextualização e conexão com o cotidiano do aluno, podem prejudicar a liberdade do professor ao propor novas abordagens. Enquanto Pereira, Scheid e Casagrande (2021) destacam as vantagens de trabalhar as disciplinas escolares interligadas aos problemas da vida real dos alunos.

Frango e Munford (2018) alertam sobre as variações da Base Nacional Comum Curricular, em seu estudo os autores analisam três versões da BNCC, e apontam que algumas versões retiram conteúdos primordiais para os alunos, enquanto as mudanças tornam o nível de conhecimento muito diferente de um ano para o outro. Segundo os autores é necessário que professores e profissionais da educação questionem o processo de determinação do guia.

Segundo Cabral e Cavalcante (2025), outro problema é a disparidade entre o que é cobrado pelo Exame nacional do ensino médio (ENEM) e o que é ensinado nas escolas seguindo a BNCC, de acordo com os autores, os alunos que têm acesso apenas a esse currículo mínimo, não saem preparados para a prova que é a principal porta de entrada para as universidades do país.

Além da necessidade de aprovação em provas de vestibular para o início da carreira, Gonzaga, Sila e Enumo (2017) apontam que o sentimento de falta de preparo para esses exames é a principal causa de ansiedade em adolescentes e jovens, que buscam na universidade o início de novas oportunidades.

Existem muitas diferenças na percepção da BNCC, autores diferentes em anos diferentes apresentam resultados muito distantes uns dos outros, isso pode estar acontecendo devido às diferentes versões analisadas, uma vez que o currículo mínimo sofre alterações frequentes.

CONCLUSÕES

Com base nos artigos analisados, nota-se que a BNCC gera impactos positivos e negativos na preparação dos estudantes: garante uma base comum, mas é criticada por desvalorizar conteúdos essenciais e distanciar-se do que é cobrado no ENEM e em outros vestibulares.

Pesquisas futuras deveriam analisar estatisticamente os resultados do ENEM em relação à versão vigente da BNCC.

REFERÊNCIAS

BORBA, Carlos Alberto Vieira; MANGOLIN, Cesar; TAVARES, Elizabeth dos Santos. ENEM: da avaliação à reprodução. *Educere et Educare*, [s. l.], v. 16, n. 38, 2021. DOI: 10.17648/educare.v16i38.25790. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/25790/17282>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BOTELHO, Lissandro et al. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a nova reforma do ensino médio: implicações para o processo de ensino e aprendizagem. *IOSR Journal of Business and Management (IOSR-JBM)*, [s. l.], v. 26, p. 49-58, 2024. DOI: 10.9790/487X-2601024958. Disponível em: <https://www.iosrjournals.org>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRANCO, Emerson Pereira; ZANATTA, Shalimar. BNCC e Reforma do Ensino Médio: implicações no ensino de Ciências e na formação do professor. *Revista Insignare Scientia (RIS)*, Cerro Largo, RS, v. 4, 2021. DOI: 10.36661/2595-4520.2021v4i3.12114. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/350702959>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [atual]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, dentre outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 6 set. 2025.

CABRAL, Danilo Marcus Barros; CAVALCANTE, Rivadavia Porto; COSTA, Juliana Aparecida Silva; SANTOS, Gleyde Ohana Ribeiro dos; MINEIRO, Maria Aparecida. Entre a prescrição curricular e avaliação externa: impactos da BNCC e do ENEM no ensino de Língua Portuguesa. *Revista Signos*, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 379-398, 2025. DOI: 10.22410/issn.19830378.v46i1a2025.4123. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas>. Acesso em: 4 set. 2025.

CANAL, Máira Codo; GARCÍA, Laura Sánchez; PEREIRA, Roberto. Sistema computacional de apoio à preparação para o ENEM: uma investigação da acessibilidade para surdos. *Simpósio Brasileiro de Informática na Educação – SBIE*, [s. l.], p. 1037-1046,

2017. DOI: 10.5753/cbie.sbie.2017.1037. Disponível em: <https://scholar.google.com.br>. Acesso em: 27 jun. 2025.

CASTRO, George Anderson Macedo et al. Desafios para o professor de ciências e matemática revelados pelo estudo da BNC do ensino médio. *Revista Eletrônica de Educação Matemática*, Universidade Federal do Pará, 2020. DOI: 10.5007/1981-1322.2020.e73147. Disponível em: <https://share.google/w4OR89NwZTIhex5Y0>. Acesso em: 4 set. 2025.

CRUZ, Lauro; SILVA, Mônica Ribeiro da. Versões de uma Base: disputas, continuidade e rupturas na produção da BNCC do Ensino Médio. *Revista Espaço do Currículo*, Universidade Federal da Paraíba, v. 16, 2023. DOI: 10.15687/Rec.v16i2.62580. Disponível em: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/439/4394674019/html/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

EVANGELISTA, Raquel Medeiros et al. Os impactos psicossociais que envolvem o adolescente na fase preparatória para o vestibular em escola particular e pública de Mossoró/RN. *Brazilian Journal of Health Review*, [s. l.], 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n3-388. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/70560>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FRANCO, Luiz Gustavo; MUNFORD, Danusa. Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular: um olhar da área de Ciências da Natureza. *Horizontes*, Universidade São Francisco, Itatiba, SP, v. 36, n. 1, 2019. DOI: 10.24933/horizontes.v36i1.582. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/5782>. Acesso em: 27 jun. 2025.

GONÇALVES, N. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectiva. Recife: ANPAE, 2018. ISBN 978-85-87987-13-6. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 4 set. 2025.

GONZAGA, Luiz Ricardo Vieira; SILVA, Andressa Melina Becker da; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Ansiedade de provas em estudantes do Ensino Médio. *Psicologia Argumento*, [s. l.], v. 34, n. 84, 2017. DOI: 10.7213/psicol.argum.34.084.AO07. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/23309>. Acesso em: 5 set. 2025.

LUZ, Marina Silva; BACZINSKI, Alexandra Vanessa de Moura. A BNCC como currículo: impactos na formação integral dos sujeitos. *Revista Temas e Matrizes*, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2022. DOI: 10.48075/rtm.v15i26.28234. Disponível em: <https://share.google/7DqMSTqHYwUFkY8wS>. Acesso em: 4 set. 2025.

NICOLA, Rosane de Mello Santos; CAMARGO, Jéssica Beatriz Alves. Indicações de práticas leitoras para promoção de letramento crítico no contexto do Enem. *Revista Raído*, [s. l.], v. 18, n. 46, p. 289-307, 2024. DOI: 10.30612/raido.v18i46.18087. Disponível em: <https://scholar.google.com.br>. Acesso em: 27 jun. 2025.



PEREIRA, Betina Kappel; SCHEID, Neusa Maria John; CASAGRANDE, Cledes Antonio. A utilização da metodologia de projetos para o desenvolvimento de habilidades e competências das Ciências da Natureza amparada pela BNCC e o MYP. *Anais do Congresso Internacional de Educação Científica e Tecnológica*, [s. l.], p. 1-7, 2021. DOI: 10.25755/int.25019. Disponível em: <https://share.google/iNdVzSxa6HcqnwS1R>. Acesso em: 5 set. 2025.

REYES, Lurvin Gabriela Tercero; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. A responsabilidade social empresarial e a educação: uma análise da atuação de empresas no contexto educacional brasileiro. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, SP, v. 46, 2020. DOI: 10.24220/2318. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1519-39932020000100201&script=sci_arttext. Acesso em: 27 jun. 2025.

RIBEIRO, Josielle da Lapa Sousa; PEREIRA, Juci dos Santos; SANTOS, Patricia Oliveira dos; SANTOS, Lucas Pereira de Souza. Importância de um projeto voltado ao ENEM no processo de continuidade do ensino. *Revista Trilhas*, [s. l.], v. 4, p. 45-49, 2024. Disponível em: <https://scholar.google.com.br>. Acesso em: 27 jun. 2025.

RODRIGUES, Camila Cruz; LUNA, Marianne Silva de. O impacto do ensino público e privado na memória de crianças. *Dialnet*, [s. l.], v. 20, p. 201-208, 2021. DOI: 10.15689/ap.2021.2002.20409.08. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8041264>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SENKEVICS, Adriano Souza. De brancos para negros? Uma análise longitudinal da reclassificação racial no ENEM 2010-2016. *Dados*, [s. l.], v. 65, p. 1-40, 2022. DOI: 10.1590/dados.2022.65.3.268. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/KS9p9Mvbz83j8tYx45S7N4m/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SIQUEIRA, Rafael Moreira; SANTOS, Hálica Ramos. Perspectivas curriculares a partir do ENEM e da BNCC: uma análise por meio de questões de química do ENEM dos anos 2018 e 2019. *Actio: Docência em Ciências*, [s. l.], v. 6, n. 2, 2021. DOI: 10.3895/actio.v6n2.12874. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/actio/article/view/12874/8478>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SILVA, Daniel Costa. Desenvolvimento de um aplicativo de auxílio na preparação em matemática para o ENEM. Universidade Federal de Campina Grande, 2020. Disponível em: <https://scholar.google.com.br>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SILVA, Rennan Normando de Andrade. Análise da distribuição das competências da prova de Matemática e suas tecnologias do ENEM dos anos 2009, 2010, 2015, 2016, 2021 e 2022. 2022. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/2632/1/TCC%20Rennan%20Normando%20de%20Andrade%20Silva.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.